

ESTADO É VIOLÊNCIA*

*Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes***

Introdução

Diante de uma realidade marcada por desigualdades estruturais, colapso ambiental iminente e recrudescimento das formas de dominação, pensar o Estado exige não apenas lucidez analítica, mas coragem teórica e política. Em meio às ruínas do neoliberalismo e à ascensão de formas cada vez mais violentas de exploração, pensar criticamente não basta — é preciso tensionar as estruturas, denunciar suas naturalizações e abrir caminhos para aquilo que ainda não se completou: a emancipação humana.

Nesta entrevista concedida à Revista de Ciências do Estado, a historiadora Virginia Fontes nos oferece muito mais do que uma exposição de ideias: ela nos convida a atravessar as entranhas do Estado, do capital e da luta de classes com a radicalidade que exige o tempo presente. A partir de uma crítica materialista da estatalidade, Virginia Fontes desloca os alicerces convencionais da Filosofia do Estado ao rejeitar tanto os automatismos do institucionalismo liberal quanto as ilusões de neutralidade do saber acadêmico capturado pelo mercado. Nos apresentando a figura do Estado moderno não como a figura do guardião da ordem ou mediador de conflitos, mas sim como objeto da exploração, um ente que co-participa, desde suas origens, da reprodução do capital e da administração desigual da vida. Como nos lembra ao evocar Mészáros e recordarmo-nos que não há superação do capitalismo sem a superação do Estado enquanto forma social específica.

Assim, a Professora Virginia se recusa a separar consciência, formulação e ação. Contra a fragmentação institucional da política, ela defende a centralidade das grandes majorias na definição da vida social, para além dos boletins de voto, dos marcos jurídicos e

* Entrevista elaborada e realizada por Theo Augusto Apolinário Moreira Fonseca, Lucas Antônio Nogueira Rodrigues, Fernanda Machado de Castro e Roberto Vasconcelos Novaes.

** Historiadora, com mestrado na Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil, e doutorado em Filosofia - Université de Paris X, Nanterre, França. Atua na Pós-Graduação em História da UFF. Integra o NIEP-MARX - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o marxismo. Coordena o Grupo de Trabalho e Orientação-GTO (www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br). Trabalhou na Fiocruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-EPSJV, onde também coordenou e participa de curso de Especialização. Em atuação conjunta entre Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP, a EPSJV e o Ministério da Saúde, coordenou coletivamente e atuou no mestrado profissional "Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais". Principais áreas de atuação: Teoria e Filosofia da História, Epistemologia, História do Brasil República, História Contemporânea. Autora de Reflexões Im-pertinentes (2005), de O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história (2010), co-autora de Hegemonia Burguesa na Educação Pública (EPSJV, 2018) e de inúmeros artigos em periódicos nacionais e internacionais. Docente da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST, Brasil. Coordenadora do GT História e Marxismo-Anpuh. Integra diversos conselhos editoriais no país e no exterior. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5689-8249>. Contato: virginia.fontes@gmail.com.

das promessas esvaziadas de representação. A sua aposta é pedagógica e estratégica: apostar nas massas não é romantismo, mas reconhecimento daquilo que se move subterraneamente nas fissuras do sistema. Dessa forma, cada tentativa de contenção destes — via filantropia, via algoritmos, via exércitos — é sinal de que há lutas em curso, e de que elas provocam medo nas classes dominantes.

Este texto não é apenas uma entrevista — é um ensaio de crítica radical, enraizado nas contradições históricas do Brasil e nos desafios colocados àqueles que ainda atrevem-se a imaginar a transformação. Com rigor e ousadia, nos lembra que não estamos alicerçados à estatalidade como destino do nosso corpo social, e que não é inevitável que o capital defina os contornos do possível. Ler esta entrevista é participar de um esforço coletivo de desnaturalização: é abrir frestas na rigidez da ordem, escutar as lutas e fazer da teoria uma arma viva na travessia histórica que ainda se desenha.

Diante disso, convidamos todos para essa imersão ao mundo real e desejamos uma boa leitura!

Entrevista

Revista de Ciências do Estado: Professora, gostaríamos de começar com uma pergunta que seja talvez a grande sina de todo intelectual comunista e que sabemos que, pela sua trajetória no Partido Comunista Brasileiro e no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, certamente a senhora enfrentou e continua enfrentando. Trata-se da eterna tensão entre fundamentação teórica e efetividade prática. Referimo-nos ao dilema comum enfrentado por muitos pensadores e ativistas, ou seja, o de aplicar conceitos abstratos ou críticos em contextos reais, onde as condições são complexas e mudam rapidamente. Como a senhora concilia consciência, formulação teórica e ação efetiva? Qual a forma de exercício de sua razão militante?

Professora Doutora Virginia Fontes: Bom, vamos lá, perguntas complexas e longas. Começarei fazendo um pequeno ajuste no enunciado da pergunta, quando vocês falam “de sua trajetória no Partido Comunista Brasileiro e no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra” é sempre bom esclarecer aos leitores que minha militância no PCB durou 4 anos, em plena ditadura militar e que, desde então, não estou filiada a nenhum partido, para não parecer que historicamente sou militante do PCB. Tenho respeito e admiração pelo PCB, mas não sou militante do partido, atuei entre meus 16-20 anos no partido e, portanto,

já faz um bom período. Da mesma forma, não sou integrante do MST, sou sim integrante da Escola Nacional Florestan Fernandes e, com muito orgulho, coordenei uma sequência de cursos feitos em parceria com as universidades públicas, mas é diferente de ser militante do MST. A causa do MST tem meu inteiro apoio, mas seria uma certa falsificação dizer que sou integrante do MST.

Sobre os dilemas comuns dos pensadores e como isso permite conciliar consciência, formulação e ação, suponho que os dilemas mencionados como conceitos contrapostos a realidades complexas, atingem todos aqueles que investigam e analisam não apenas questões sócio-históricas, políticas, mas também o conjunto dos conhecimentos em geral, como a questão ambiental, a Química, Física e Matemática. Digo que isso não tem relação com ter militado no PCB ou estar próxima ao MST porque produzir conhecimento não é simplesmente estar orgulhosa dos resultados produzidos, mas, sobretudo, ter consciência das condições nas quais estamos imersos, ter consciência da historicidade que nos constitui, das linhagens as quais nos integramos ou das linhagens as quais abandonamos ou confrontamos.

Portanto, não acho que seja um dilema específico para um certo tipo de trajetória, ao meu juízo, deveria ser uma inquietação permanente, uma vez que conhecimento nunca é absoluto, é sempre um processo que precisa se deparar com a complexidade da existência como ponto de partida, momento de mediação e ponto de chegada. Nenhuma opção teórica no campo científico deveria ou poderia esquecer esses pressupostos, deveria experimentar inquietações permanentes e semelhantes; dúvidas e inquietações fazem parte da responsabilidade do trabalho na produção do conhecimento e na docência. Eu não separo produção de conhecimento e docência, pois considero que a socialização do conhecimento é tão importante quanto a sua produção.

Essas dúvidas ou inquietações integram as tarefas de aula, de pesquisa, de atuação pessoal, atuação afetiva, atuação militante e de atuação humana. Claro que, em sociedades cindidas, divididas e desiguais, exige-se ainda mais atenção e mais inquietação e isso não deveria ser um dilema exclusivo daqueles que tem reflexão crítica, mas, deveria sim, ser um dilema de todos aqueles que pensam a vida social. Em sociedades desiguais, é ainda mais importante a franqueza na explicitação dos limites do nosso conhecimento, isso quer dizer que me posiciono contrariamente às teorias ou àqueles que utilizam teorias que supõem ter respostas matemáticas, mecânicas e prontas para o conjunto de vida social, que supõem que uma arquitetura institucional é a resposta final, ou que supõem que uma certa matematização da existência é a forma única da produção do conhecimento. Ao contrário, é a matematização

que domina, por exemplo, a Economia e, em alguns casos, o Direito, abstraindo o que há de humano naquelas relações e construindo réguas desumanizadas que deveriam reger todos os casos e circunstâncias. Esse tipo de conhecimento, que pensa saber tudo e que fechou as respostas, bloqueia o horizonte, impede o próprio conhecimento e obriga seus discípulos a ficarem eternamente no mesmo círculo, só integrando mais números. Claro que estou falando da Economia, por exemplo, que é a ciência mais difundida e que preside, de certa maneira, a dinâmica social contemporânea, mas a Economia não é uma ciência e os economistas mais sérios sabem disso.

Há, também, a tendência oposta, que diz que nada é passível de conhecimento, tudo é relativo e tudo são narrativas, e que essas, já de princípio são uma fraude. Ora, uma pessoa que cuja profissão é produzir conhecimento e diz que o conhecimento não é possível de produzir, mas que, ainda sim, escreve um livro, é uma fraude científica. Mesmo assim, algumas fazem muito sucesso, inclusive, difundindo não só relativismos, mas, também, na contemporaneidade, as pós-verdades. Essas “ciências”, realmente, não possuem dilemas, compromissos ou convicções, são apenas mercados, que tem um comportamento biruta — como os sacos de pano dos aeroportos que giram na direção do vento —, oscilando oportunisticamente.

Essa é somente a primeira parte da resposta. A pergunta ainda deixa entrever que certas opções político-teóricas — no meu caso, no amplo escopo dos marxistas — deveriam ser diferentes das demais, com mais problemas de consciência. Irei responder para isso dialeticamente sim e não. Me parece, ao contrário, que todas as bases teóricas precisam estar inquietas com o bem-estar das maiorias, com o aprofundamento das desigualdades, com a precarização da existência, com a devastação da natureza, com a redução da qualidade e da amplitude dos serviços coletivos e com a democracia. Infelizmente, é verdade que uma base teórica de cunho marxista, que envolve uma enorme variedade de pensadores, analistas, historiadores, sociólogos, filósofos etc., lastreados em Marx e Engels, exige muito mais do que outras bases teóricas.

A explicitação das dificuldades e a clareza de que o processo histórico não é o resultado de escolhas individuais, esse processo depende de contextos sociais que impelem a determinados comportamentos e bloqueiam outros. As tensões e lutas têm papel fundamental e não se pode entrar em terrenos decisionistas que supõem serem as decisões de determinados seres que irão prescrever e impor determinada forma de vida social. As lutas sociais que derivam de sociedades compostas de seres individualizados e fragmentados

tendem a abrir espaços maiores de conflitos, exploração e opressão. Mas também mostram novos futuros. A questão da consciência, para mim, está ligada à importância de que as grandes majorias possam participar na base da vida social, isto é, na definição daquilo que não está em jogo nas propostas eleitorais, pois as propostas eleitorais segmentam a institucionalidade política do conjunto da vida social e, em especial, da vida econômica.

Portanto, a participação dessas majorias não pode se limitar a um boletim de voto, do qual já estão proscritas de antemão uma série de decisões que definem a condição material, social, cultural e existencial da vida tanto dos seres sociais, quanto de todos os viventes. Se as Constituições possuem como cláusulas pétreas a defesa da propriedade acima de tudo, ainda como primeira cláusula, é evidente a existência de uma proscrição, prescrição e imposição de um grupo sobre todos os demais, naquilo que eles podem decidir ou não.

As crises de consciência causam tristeza, mas, em meu caso, como professora e escritora, para além da explicitação e do apontamento dos erros e das contradições, há uma aposta de que as grandes massas estejam cada vez mais preparadas para enfrentar os comandos do capital, que impõem a monopolização da propriedade privada, da terra e levam, cada vez mais, à fome, à precarização da existência e à destruição dos viventes.

Revista de Ciências do Estado: Professora, considerando sua trajetória como pesquisadora, docente e militante, além de um dos principais nomes da Editora Boitempo, como a senhora avalia os atuais desafios enfrentados pelas revistas acadêmicas e pela produção científica no Brasil, especialmente diante do avanço da precarização das universidades públicas, da mercantilização do conhecimento e da crescente hegemonia das plataformas privadas de indexação e ranqueamento de revistas? Além disso, grande parte destas plataformas pertence a capital estrangeiro ou a instituições sediadas em outros países, o que pode implicar direcionamento de temas de pesquisa, seleção de conteúdos e resultados e domínio tecnológico-científico que atende aos interesses dos países centrais em detrimento da soberania e dos problemas do Sul Global. Em sua perspectiva, há espaço para uma reconstrução do campo editorial acadêmico brasileiro que seja, ao mesmo tempo, crítico, contra-hegemônico, comprometido com a democratização do saber e com as necessidades de desenvolvimento humano e econômico dos países periféricos?

Professora Doutora Virginia Fontes: Apesar do elogio, preciso dizer que não sou um dos principais nomes da Editora Boitempo. Dela participo publicando artigos,

escrevendo artigos no blog e no programa da TV Boitempo, mas a Boitempo, que admiro, possui uma quantidade enorme de autores. Respondendo à pergunta, esse é um fenômeno altamente inquietante e irritante, o problema mais dramático é a precarização/privatização/mercantilização do conjunto da educação pública como um todo, não apenas das universidades e/ou das revistas acadêmicas.

Esse processo não envolve a privatização apenas na transformação do público em empresa privada, mas, também, no controle do setor público, fagocitando-o através do controle empresarial da gestão pública que opera na educação pública como um todo, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, nas universidades públicas, com imposições de contratos de gestão que significam uma preparação da juventude para uma vida precarizada e sem direitos, com a normalização da gestão empresarial contraposta à construção de uma gestão democrática.

O papel dos mega bilionários brasileiros e estrangeiros nesse fenômeno é extremamente preocupante. Consideremos, por exemplo, o bilionário Jorge Paulo Lemann e o Trio Garantia, que, além de seus conglomerados empresariais, possuem conglomerados de entidades sem fins lucrativos voltadas para devorar a educação pública brasileira. Esses grupos contam com outros conglomerados brasileiros como o Grupo Gerdau e a Fundação Roberto Marinho que apresentam-se como entidades filantrópicas e atuam diretamente na luta de classes e no controle da educação pública e, agora, vêm se dirigindo ao controle, também, da saúde pública. Todos esses grupos são voltados para destruir as conquistas populares da Constituição, com atuações que segmentam as atividades das grandes massas, como forma clássica da expansão do processo de produção capitalista, que divide tarefas e causa a ignorância forjada do conjunto do processo de produção — fenômeno que foi trabalhado, por exemplo, por Marx, na diferenciação entre manufatura e grande indústria e que será exasperado no fordismo, no toyotismo e nas outras formas de precarização. A segregação é fundamental para esse fenômeno, pois, em cada “caixinha”, seja da graduação, da pós-graduação ou das próprias revistas acadêmicas, essa dinâmica estabelece processos de concorrência alucinados e viciados na sociedade capitalista, viciados já ao determinar os parâmetros de referência.

No caso apresentado pela pergunta, os parâmetros de referência são definidos pelas grandes revistas internacionais, porém, eu acompanhei o processo de ranqueamento das pós-graduações e das revistas acadêmicas no final da década de 90. Consistia em um procedimento de falsificação completa do que gostaríamos que fosse uma revista científica

e em uma imposição de um projeto político para as universidades e às revistas. Surgia um padrão a ser debatido pelas universidades, em que, considerava-se o desenho de uma pirâmide, com a ponta para cima, em que a universidade deveria discutir a dimensão de cada parte da pirâmide, dividida em base, meio e ponta. Essa pirâmide partia da suposição de que o conhecimento sempre produz uma elite, um grupo mediano e uma base fraca. Reconheço que na sociedade de classes a tendência da produção de conhecimento é resultar em pirâmides, porém, como um projeto político de avaliação isso corresponde à imposição da dinâmica elitista para o conjunto dos programas de pós-graduação e das revistas científicas.

Como outro projeto político possível, seria necessária uma pirâmide invertida, com um topo de alta qualidade extenso, uma média menor, que estivesse trabalhando para alcançar o topo e uma ponta fraca e pequena. No entanto, por alguma razão, os professores aceitaram a pirâmide tradicional e essa era comparada, inclusive, considerando o grau de naturalização da desigualdade, com as notas dos alunos em sala de aula. Enfrentei essa questão diretamente e ouvi esse argumento diversas vezes; afirmavam que a pirâmide representava a realidade das salas de aulas, em que notas máximas representam a minoria, e a maioria representaria o grupo ruim. Repare que essa afirmação salta da constatação da desigualdade para a imposição da desigualdade como projeto político. Essa classificação opera no mundo inteiro, afetando todos os pensadores críticos, mesmo nos países centrais, e fechando uma espécie de garrote em torno das reflexões críticas, pois essas passam a competir em uma luta tripla, lutando para (i) sobreviver em uma instituição que as estrangula e (ii) conseguir passar pelo filtro desse tipo de critério para, finalmente, (iii) serem reconhecidas internacionalmente.

Quem desenhou o filtro desse desenho institucional?

Foi o grande patronato internacional que cristalizou as revistas renomadas dentro de práticas e procedimentos internacionais. No imediato pós-guerra, há a emergência do que é chamado de think tanks (tanques de pensamentos), primordialmente implementados nos países centrais, voltados para bloquear expressões de pensamentos críticos radicais dentro das universidades públicas e favorecer alguns pensadores, principalmente aqueles de esquerda não comunistas e não marxistas, oferecendo prestígios, oportunidades de publicações, participações em congressos e presença na mídia, formando um grupo que irá se converter na ponta da elite e que irá influenciar diretamente dentro das universidades por estarem em uma posição privilegiada na concorrência. Essa é uma questão gravíssima que gerou a naturalização da propriedade privada do conhecimento e o descomprometimento

com o conjunto da educação pública pelos seus próprios pesquisadores. São esses que impedem a reflexão crítica próxima à relevância social e as reivindicações de setores autonomamente populares, através da desqualificação das formas de organização popular e de todos os movimentos das classes trabalhadoras.

Infelizmente, ressalto que capital estrangeiro e capital brasileiro andam de mãos dadas. Por exemplo, a Fundação Vale possui editais de bolsas, assim como outras fundações e entidades sem fins lucrativos, para acompanhamento de mestrados e doutorados em universidades públicas no país, através das quais o estudante e o orientador recebem bolsa. Isso significa, sem sombra de dúvidas, que esse tipo de prática de dominação de classes, forma pesquisadores competentes, mas competentes para o capital e para desarmar a luta de classes. Recomendo que vejam o filme “Quanto vale ou é por quilo?”, de Sérgio Bianchi, que faz uma comparação entre os intelectuais da filantropia e os capitães do mato.

Sobre a reconstrução do campo editorial acadêmico brasileiro, é preciso enfrentar essa dinâmica, houve e ainda há movimentos estudantis que enfrentam isso, mas eles perderam fôlego nos últimos anos. Acredito que essa perda de fôlego não dure muito pois as universidades, bem ou mal com a política de cotas, ganharam um colorido maior e necessário que traz estudos de questões urgentes das classes trabalhadores em revistas estudantis, feministas, antirracistas que exigem um padrão alto de qualidade, mas que não aceitam as imposições e limites colocados até aqui. O quanto duram depende da capacidade de resistência e organização pelo conjunto da educação pública. É preciso que essas revistas construam um padrão de qualidade que socialize aquilo que está no topo e, ao mesmo tempo, submeta isso à crítica sem serem armadilhadas pelo capital na captura dessa qualidade.

Revista de Ciências do Estado: Nos tempos atuais, passamos a lidar com mais uma camada do mundo do trabalho: a Inteligência Artificial. Nessa realidade, a perspectiva de autonomia da técnica e da tecnologia com características antropomórficas nos parece ocultar o trabalho humano e precarizado que alimenta e sustenta esses Sistemas de Informação. As IAs se colocam em um horizonte que são presente e futuro do nosso cotidiano. Diante disso, como a senhora entende o futuro do trabalhador, tanto do ponto de vista da sua formação (seus conhecimentos, suas habilidades, sua trajetória acadêmico-profissional) quanto do ponto de vista da própria existência de um mercado de trabalho que, ainda que dentro dos moldes do modelo capitalista, possa lhe oferecer condições de sobrevivência e o mínimo de dignidade? Como se não bastassem as próprias complexidades

do movimento do capital, essa camada adicional de precarização que as novas tecnologias da informação representam não colocaria uma ulterior (e intransponível) barreira à própria superação do modo de produção capitalista por parte de uma classe trabalhadora organizada?

Professora Doutora Virginia Fontes: Em primeiro lugar, é preciso levar em consideração que “classe trabalhadora” é sempre “classes trabalhadoras”, enquanto existir capital, existirá Estado e os Estados já segregam as classes trabalhadoras por nacionalidades e sub nacionalidades e ainda, mesmo dentro de cada Estado Nacional, existem gradações entre aqueles totalmente nacionais, subnacionais e sub humanos. Portanto, as estratégias de divisão das classes de trabalhadores são inúmeras e é preciso pensar na classe trabalhadora sempre de forma plural, pois consistem em todos aqueles que precisam vender sua força de trabalho no mercado para subsistir, sejam trabalhadores urbanos, rurais ou fabris,. São plurais, também, pois as atividades exercidas são diversificadas entre si. E ainda plurais pois têm sexo, gênero, cor, etnias diversas. Há uma tendência de pensar a classe trabalhadora como urbana e é preciso lembrar que estamos em um solo extenso, por isso, é preciso pensar no conjunto dos territórios e nas diferentes atividades e ritmos de vida para pensar o conjunto da vida social. É preciso refletir as diferentes atividades nos campos, nas cidades, nas florestas e nas águas, que estão sendo expropriadas em velocidades recordes.

As reivindicações ou lutas por formas de socialização do conhecimento são diversas, a Inteligência Artificial não corresponde apenas à teleologia do capital, no sentido único do controle, mas responde à necessidade de uma vida social composta por massas crescentes, em que o embate entre elas, converte o que poderia ser uma ferramenta de socialização extraordinária do conhecimento, em uma ferramenta de controle e rebaixamento das condições do trabalho. Considero que as tecnologias não emergem unicamente do cérebro maldoso do capital, mas emergem também das contradições da vida social e são formatadas segundo as formas dominantes dessa mesma vida social. Estamos, portanto, assistindo uma concorrência alucinada sobre o uso da Inteligência Artificial, não sei se vocês já utilizaram dessa ferramenta, mas, quando utilizei, percebi um volume de erros impressionante, alerto que, depois de poucas respostas corretas, há respostas disparatadas e venho a me perguntar de onde saíram tais respostas.

A pergunta já demonstra que a implantação de qualquer forma de informatização significa um rebaixamento da qualificação da massa de trabalhadores para trabalhos de tipo de execução. A tendência da generalização dessas formas de tecnologia é, por um lado, no

mercado direto de trabalho, rebaixar as condições salariais e aumentar a concorrência entre os trabalhadores em todos os níveis, seja trabalhadores da base, seja trabalhadores de setores considerados intelectualizados, que terão parte de suas tarefas absorvidas por esses instrumentos.

No caso da Inteligência Artificial, sua expansão não vem apenas para aumentar a produtividade dos trabalhadores e o lucro dos empresários, há, ainda, a função de exercer controle direto sob massas populares que resultam da própria expansão do capital. Se o trabalho é necessário para a sobrevivência da espécie, ele não pode ser a forma de aniquilação dessa espécie, e o trabalho está se convertendo nesse modelo de aniquilação.

Sobre a questão da precarização como barreira à própria superação do modo de produção capitalista por parte de uma classe trabalhadora organizada, respondo que não. Os precariados não são uma barreira para a superação do modo de produção capitalista, pois, historicamente, a expansão do capitalismo sempre produziu uma massa enorme de expropriados de povos do campo que precisam vender sua força de trabalho. Nos últimos 50 anos, o capitalismo continuou expropriando trabalhadores do campo em massas gigantescas e, além disso, expropriou de direitos os trabalhadores urbanos, recolocando-os em péssimas condições de concorrência no mercado de trabalho, por exemplo, sem aposentadoria e sem garantia de saúde, rebaixando o valor da força de trabalho como um todo.

Mas, essa precarização histórica exaspera as contradições da vida social. Por exemplo, o crescimento da luta das mulheres — que gera uma reação machista brutal, com medo da construção de igualdade das mulheres —, assim como o crescimento da luta anti racista. Essas lutas crescem pois as massas de trabalhadores mostram que vivem nas condições concretas mediante a cor de pele, sexo, gênero e localização territorial. Porém, entre essas lutas antirracistas, feministas, anti-homofobia e da causa indígena, nenhuma gera resultados duradouros se o capital se mantém, pois ele tem a tendência de produzir desigualdade a partir das diferenças e, no limite, a exterminar a humanidade. Essas lutas se vêm impelidas a ir mais além do que já foram até aqui, para além do feminismo de classe média, por exemplo, que se contenta em igualar postos de direção em empresas, às custas de manter empregadas domésticas — em geral, negras — como suporte.

As lutas ganham escala e podem ganhar ainda mais com escalas não mais controláveis por um patronato que cercava a fábrica e os bairros operários e que, agora, estão inseridas no conjunto de vida social, ainda que se tente segregar os bairros populares que dependem integralmente do transporte coletivo para acessar áreas nobres e partes centrais.

Me parece, ainda, que há uma escala de contradições que não se comparam com períodos anteriores, além de uma escala de dificuldade de controle para o capital, de tal forma que este vai se facistizando. A religião, por exemplo, integra essa fragilidade como espaço de consolo, expectativa diante de uma fragilidade especificamente humana, a consciência da morte que foi e é fortemente instrumentalizada pela expansão do capital e pelos jogos institucionais. Há um livro publicado do Rodrigo de Sá Netto, o qual tive a honra de orientar, que mostra a exportação do neopentecostalismo a partir dos Estados Unidos para o Brasil, além da circulação internacional de empresas religiosas como verdadeiras empresas multinacionais que recebem recursos públicos para conter massas populares. Vocês, que estudam Ciências do Estado sabem que todas essas igrejas têm isenções e imunidades tributárias, o que significa que os recursos públicos são deslocados para essas instituições para executar políticas públicas, como distribuição de alimentos e controle de epidemias, na condição de empresas privadas pagas pelos os governos.

Reitero a questão dramática dos centros de internações, tanto para problemas psiquiátricos quanto para drogas, com, inclusive, “tratamentos” para uma “doença homossexual” que não existe. Não é doença e não é um problema, o que corresponde meramente a uma forma de vivência dos corpos e de experiências sociais diversas. Digo que todas essas são contradições, em que, se é necessário tal volume de contenção com violências e mimetismos na produção de empresas, é sinal de que as lutas estão aí e eles estão com medo.

Revista de Ciências do Estado: O Estado Brasileiro se constituiu como campo ativo de sustentação das estratégias burguesas, inclusive na construção de uma filantropia empresarial que, sob o discurso da solidariedade, opera como um dos principais vetores de reprodução de uma “dominação consentida” e da conversão de reivindicações em um esvaziamento do enfrentamento ao capital. Nesse cenário, o Brasil nasce e se subdesenvolve dentro de um capitalismo imperialista na posição de subalterno e dependente. A tradição marxista inspira o Brasil na luta contra o capital-imperialismo, porém diante da distância espacial, temporal e especialmente cultural entre o Brasil do século XXI e a Europa de Marx do século XIX, não seria essencial imaginar um “marxismo à brasileira” que fosse capaz de articular a crítica anticapitalista com a realidade local? Quais são as condições particulares que a senhora enxerga na realidade nacional que possam subsidiar uma revolução brasileira? Este projeto ainda encontra condições de realização ou a posição subalterna de nosso país no sistema interestatal capitalista definitivamente o descarta?

Professora Doutora Virginia Fontes: Não irei tratar da filantropia empresarial, pois já mencionei acima. Eu não chamo de filantropia, mas sim de mercantil-filantropia. Esse tipo de mercantil-filantropia vem se convertendo em empresas lucrativas e é importante estar atento a isso, pois uma parte dessa prática vem se transformando em uma forma de controle proprietário que garante o lucro sem pagar impostos. Em suma, há uma série de transformações para as quais é importante estar atento, embora essas mercantil-filantropias continuem tentando essa dominação consentida, ou, pior ainda, a conversão das reivindicações em fragmentações da luta.

Agora, a tradição marxista inspira o Brasil na luta contra o capital-imperialismo? Eu diria, tomara, mas eu não tenho certeza. A hipótese que formulei do capital-imperialismo envolvia perceber diversos elementos, um deles é de que a expansão do capitalismo se torna capital-imperialista após a Segunda Guerra Mundial com características específicas no cenário mundial e, uma dessas características, listarei apenas algumas, é a formação de uma teia ou malha de entidades empresariais em paralelo às instituições oficiais, conectadas a essas instituições internacionais ou nacionais e que, portanto, passam a ter um papel político extraordinário, embora aparentemente sejam apartidárias e apolíticas. Isso faz com que estudos institucionalistas simplesmente não enxerguem essas entidades empresariais, colocando-as em um manto de sociedade civil “virtuosa” que, novamente, seguindo uma base teórica liberal, parece flutuar em um limbo onde não há mercado, nem Estado, mas de grande peso econômico e midiático. Infelizmente, a gente não lutou e não luta contra o capital-imperialismo, essa é a primeira característica.

A segunda característica importante do capital-imperialismo no caso brasileiro é a estreita conexão entre as burguesias brasileiras e as burguesias internacionais, com forte aprendizado — até recíproco, poderia dizer — em que as burguesias brasileiras atuam com a expansão de entidades associativas no plano nacional, em um primeiro momento, não para convencer os setores populares, mas sim, para garantir seus próprios interesses.

Um exemplo que começa no século XIX e existe até hoje, são as associações comerciais, industriais e rurais que estão presentes em quase 4 mil municípios do Brasil — para se ter ideia do peso disso. Ou, por exemplo, a Ancham (Câmara Americana de Comércio para o Brasil) que está no Brasil desde 1919 e que agremia empresários estadunidenses que investem ou tem interesse em investir no Brasil, com apoio do governo estadunidense. Ela agremia, também, grandes empresários brasileiros que são, ao mesmo tempo, educados nas práticas organizativas e empresariais estadunidenses e educam os empresários

estadunidenses para as práticas truculentas que eles já realizam no Brasil e também são realizadas nos Estados Unidos. Quer dizer, eles se retroalimentam permanentemente.

Então, quando pensamos um “marxismo à brasileira”, qualquer marxismo deve ter sua configuração, como qualquer outra reflexão, com um ponto de partida, um território o qual se inscreve e conjunturas específicas, mas precisa, sempre, correlacionar uma totalidade da dinâmica da expansão do capital às formas específicas pelas quais esse capital se reproduz internamente e reproduz, portanto, o par capital-trabalho nas condições nacionais. Não pode haver um “marxismo à brasileira” que abandone as formas de expansão e transformação da dinâmica internacional, pois essa está sempre em transformação, em transformação porque está se expandindo a dinâmica do capital. O capitalismo não está mudando em essência, mas simplesmente expandindo e, ao expandir, agrega novas determinações, novos problemas e novas contradições àquelas já fundamentais.

Temos no Brasil uma grande tradição de pesquisa sobre o tema das classes dominantes e sua relação com o Estado (e com a classe dominada), nomeadamente, René Dreifuss, Sônia Regina de Mendonça, os trabalhos da Lucia Neves, André Martins e, os meus trabalhos e do meu Grupo de Pesquisa, o Grupo de Trabalho e Orientação (GTO) que possui uma grande variedade de pesquisas sobre a atuação burguesa. Consideramos ainda que a atuação burguesa não é somente sobre a mercantil-filantropia, mas, também, é sobre a formação de uma classe dominante intimamente coligada às classes dominantes internacionais. Diante disso, ao se pensar um “marxismo à brasileira”, mesmo não sendo exatamente assim que penso, mas, que pode vir a ser, é preciso que este enfrente a dinâmica do capital como um todo e enfrente, prioritariamente, as classes dominantes locais que abrem as portas, garantem o ingresso do grande capital internacional e franqueiam o acesso desses capitais internacionais às classes trabalhadoras locais.

Portanto, essa é uma questão que envolve, simultaneamente, a questão nacional e o internacionalismo. Não podendo ser, então, uma questão meramente nacional encerrada nas fronteiras, ainda que seja importante a questão nacional, pois não adianta dizer “não” ao imperialismo estadunidense, se as burguesias brasileiras continuam agarrando o primeiro capital estrangeiro que estiver disponível. Então, o enfrentamento ao imperialismo é, ao mesmo tempo, um enfrentamento ao capitalismo, da mesma maneira que o enfrentamento ao facismo, em seus componentes diversificados internacionais, precisa ser, simultaneamente, um enfrentamento ao capitalismo, pois é a expansão do capitalismo quem trás a forma brutal, violenta, racista, homofóbica, negacionista e de devastação ambiental

em função, inclusive, das grandes massas populares que nascem com a expansão do capitalismo.

Temos belas lutas no Brasil. Hoje em dia, há um aprendizado recíproco que muitas vezes a universidade não enxerga. Um aprendizado recíproco entre as lutas antirracistas, feministas, indígenas e camponesas. Os debates teóricos sobre a teoria da reprodução social, além dos debates sobre a agroecologia e a questão do sociometabolismo e da sobrevivência da humanidade são exemplos interessantes.

Assim, estamos em um período o qual as lutas existem, mas aparecem para nós como se fossem meramente dominação, em que, quanto mais a dominação se amplia, é importante saber que ela faz isso para conter lutas. E o meu lado é outro. Acredito que qualquer marxismo precise ter “cor nacional”, pois sempre estará trabalhando em seu local de vida, mas, precisa sempre ter uma perna internacional. A teoria marxista da dependência, em suas origens, tinha isso muito claro e acredito que ela ainda seja um ponto importante para se pensar nas contradições. Embora meu caminho seja um pouco diferente, estou sempre acompanhando as evoluções da teoria marxista da dependência.

Revista de Ciências do Estado: Nesse ponto da história, são cada vez mais evidentes mecanismos institucionais como os direitos fundamentais, o Estado Constitucional, os partidos políticos, o sufrágio universal etc., que, apesar de terem atuado como ferramentas de justiça social, não se concretizaram enquanto espaços de luta coletiva efetiva contra a dominação capitalista. Dito de outro modo, e esta pergunta se articula com a anterior, o comunismo ainda nos parece muito distante. Não sabemos aonde chegar, por onde começar ou nem mesmo os caminhos possíveis e necessários. Por isso perguntamos, o que é revolução, onde começa o sujeito revolucionário e como ele se expressa?

Professora Doutora Virginia Fontes: Essa pergunta é irrespondível a seco. Claro, conquistas de direitos não são irrelevantes e não são inconsequências, porém, estamos vendo que a permanência da dominação capitalista é capaz de destruir e devastar essas conquistas. Mesmo tendo sido historicamente bloqueadas em suas próprias emergências, essas conquistas são fruto de intensas lutas para redução de jornada, direito a férias, à educação e à saúde e, em um segundo momento — principalmente depois dos anos 70 — essas estão sendo seguidamente devastadas pelos países ocidentais que pretendem dar lições de democracia.

Temos hoje a explicitação de uma hipocrisia fundamental por parte das classes dominantes dos países ocidentais que falam em civilização e democracia, mas que colonizaram barbaramente praticamente todo o planeta, em terríveis condições. Falam em nome da democracia, mas impõem acordos e negócios insustentáveis para suas próprias populações, além das demais populações locais, através de condicionalidades e empréstimos que exauram o conjunto da vida social, eliminando a possibilidade de enfrentamento coletivo em países subalternos, enquanto drenam as riquezas para os centros imperialistas. Atualmente isso é tudo muito visível e dito em todos os locais.

A intensificação do colapso ambiental nos mostra no cenário internacional que, ou se enfrenta o capitalismo, ou o colapso — não instantâneo e imediato, mas que pode colocar em risco a sobrevivência de todos os seres vivos do planeta — seguirá se aprofundado sem conhecermos com quais consequências. Essa resposta exige pensar: por que nos processos revolucionários, como na Revolução Russa, na Revolução Chinesa ou na Revolução Cubana, não se conseguiu de fato reduzir o Estado? Por que não se conseguiu conter ou construir sociedades, embora essas tenham ficado menos desiguais, que superassem as formas de Estado nesses países?

Darei uma resposta não muito comum, pois a maioria das pesquisas observam os processos internos de burocratização e de controle pelo partido. Acredito, contudo, que não se pode esquecer o fenômeno externo sobre tais sociedades, que representaram revoluções em um único país, que sofreram bloqueios terríveis que impeliram uma concentração de poder, impondo o desperdício de um gasto enorme com forças armadas. Forças armadas significam uma separação hierárquica entre o controle e o conjunto do processo de produção, com uma redução da democracia socialista, ou do que era chamado a ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado é a democracia das grandes massas e o controle sobre os proprietários, o inverso do que acontece na realidade, com a democracia para os proprietários e o controle sobre as grandes massas.

Acredito que, na atualidade, um problema que se relaciona às conquistas/expropriações de direitos é a falsificação e a trucagem dos processos eleitorais. Todos sabemos que, por exemplo, o bolsonarismo trouxe um problema real sobre a falsificação do processo eleitoral. Mas, todos sabemos também que ele falsificou ainda mais o problema, que não é a urna quem falsifica, mas sim a grande propriedade, que compra e vende parlamentares, bancadas e votos. Não apenas a bancada inteira, tudo é truncado pelo

capital e soma-se a esse processo as ferramentas de Inteligência Artificial e os algoritmos que, desde o Brexit, mostraram seu papel fundamental nos processos eleitorais.

Existe uma falsificação do processo eleitoral e no momento que se percebe esse sistema ou que todas essas conquistas tem limitações intrínsecas, nossas lutas precisam ir além destas limitações — levando em conta que os bloqueios internacionais existem e são exercidos de maneira terrível, tal como o caso de Gaza e do genocídio da população palestina, perpetrado pelo Estado sionista de Israel, sob o olhar complacente há mais de dois anos de todas as potências ditas “civilizadas e democráticas”. Esse é o exemplo dos processos de controle e devastação de populações inteiras e que, nesse caso, mesmo o direito burguês clássico que fundamenta a ONU decretando que se trata de genocídio, não é obedecido pelas grandes potências, pois isso não as interessa tanto economicamente quanto politicamente.

Portanto, se chegamos nesse tipo de devastação que está sendo feita pelas próprias burguesias, das formas de organização política que, sendo fruto de conquistas populares, foram diminuídas e agora estão sendo devastadas, só resta a luta aberta. Logo, a tendência do conjunto das burguesias é se fascitizar, pois as massas populares são crescentes. Processos revolucionários não possuem programa de orientação, o que se tem, que eu chamaria de nossa “revolução querida”, é a Comuna de Paris, por exemplo, que representa o momento em que essas forças vivas se colocam em ação e abrem espaços antes impensáveis, como o fim da representação separada do representado, com a representação direta, a redução da diferença salarial e o fim de forças armadas e com a população em armas. É isso que aterroriza as classes dominantes. Não à toa, a Comuna de Paris foi exterminada e massacrada sem precedentes por uma coligação da burguesia francesa com a burguesia alemã. As próprias burguesias locais se coligam com as internacionais para produzir esses bloqueios que conhecemos, como os bloqueios sobre a Síria, Iraque, Irã, Venezuela e, especialmente, Cuba. Sem esquecer do genocídio sobre o povo palestino.

Cuba vive há 60 anos, e tem minha enorme admiração por conseguir sobreviver dignamente a um bloqueio desse porte. Não temos noção e temos pouca solidariedade internacional, além de pouca capacidade de construir as lutas comuns para garantir a independência, autonomia e soberania de um povo ilhado, pois é uma ilha e porque sofre com um bloqueio impiedoso cujo objetivo é quebrar o ânimo da população. Não importa se pela fome, doença ou qual seja a forma pelo qual isso aconteça. A própria resistência e luta de países como Cuba nos mostra que é impossível imaginar que outras revoluções não virão

a acontecer. Não é mais possível dizer “vai pra Cuba” como uma penitência. Em muitos casos, seria uma melhoria. Claro, há muitos cubanos que vêm para o Brasil em busca de enriquecer, mas rapidamente descobrem que isso não acontecerá.

Daria duas definições básicas: uma revolução não é um momento, uma revolução é um processo. Portanto, momentos revolucionários de derrubada de governos, substituições de governos ou de destruição de um arcabouço institucional são parte de processos não instantâneos. Revoluções são períodos de extremo aprendizado social, econômico, político e cultural, além de uma liberação de energia criativa pelas massas populares que são barradas regularmente. Os bloqueios e controles externos, ao reduzirem as potencialidades dessa energia, ao exigirem o crescimento de forças militares, facilitam a instauração de grupos hierárquicos e burocráticos que podem, de alguma forma, assenhorear-se destes processos revolucionários.

Processos revolucionários são fundamentais. Eu não acredito que tenhamos chegado no ponto final das revoluções, embora elas sejam mais complexas na atualidade. O sujeito revolucionário historicamente é a massa trabalhadora, pois as classes dominantes (e seus séquitos) vivem de drenar trabalho vivo dessa massa trabalhadora, das diversas formas possíveis. Porém, na atualidade, o processo revolucionário tende a ser a humanidade contra o capital, o colapso ambiental não é uma brincadeira ou algo controlável, mas é algo cujo impacto é terrível. Os megas bilionários estão construindo seus bunkers nos Estados Unidos, na Europa e até no Brasil acreditando que podem escapar da tragédia, ao mesmo tempo que incendiam as florestas e envenenam as comidas.

Portanto, há a tendência ou há a possibilidade de que processos revolucionários de novo tipo venham à tona, justamente para enfrentar um colapso ambiental que ainda desconhecemos.

Revista de Ciências do Estado: A ideia de Estado é polissêmica e, muitas vezes, imprecisa. Ao longo de sua história, pensadores dos mais diferentes vieses debruçaram-se sobre o fenômeno da estatalidade, buscando apresentar o seu fundamento. De modo geral, esses esforços de fundamentação sempre foram dinâmicos, assumindo feições diferentes conforme cada contexto histórico. Em sua visão, de que tipo de reformulação essa tradição de Filosofia do Estado precisa para fazer frente aos desafios de nossa atual quadra histórica? Há uma justificação filosófica para o Estado do tempo presente? Podemos pensar que a

superação do modo de produção capitalista também implica uma superação do atual modelo de organização estatal?

Professora Doutora Virginia Fontes: Bom, começarei e terminarei essa resposta com um autor que se chama István Mészáros, sobre seu livro “Para além do capital”. Mészáros é um pensador imprescindível para irmos ao final da pergunta, ao lembrar e insistir que a superação do modo de produção capitalista também implica uma superação do atual modelo de organização estatal. Se não houver a superação estatal, reproduziremos a dinâmica capitalista. A superação do modo de produção capitalista depende, exige e supõe a superação do modo Estado.

Eu não diria que a fundamentação teórica da estatalidade é dinâmica, até me surpreendo com a formulação da pergunta, pois tendo a ver o contrário: a estatalidade é extremamente rígida e dura, apesar das variações mecanicistas e positivistas. O fundamento dessa estatalidade é, ainda, desgraçadamente, algo como Thomas Hobbes, que oferece a fundamentação mais explícita de que o Estado é um horror, mas sem Estado, nos devorariamos todos. É como se essa fundamentação atravessasse todas as tendências e teorias, com exceção, evidentemente, do marxismo e do anarquismo. Essa fundamentação teórica de cunho liberal é recorrente, podendo ser refinada, abandonando a fundamentação e indo para a implementação prática, como pensar a divisão de poderes, qual será o nível de franquia para participação eleitoral da população. Porém, a fundamentação teórica do Estado como algo terrível, mas necessário, ainda continua presente no capitalismo.

Não vejo essa flexibilidade na fundamentação da estatalidade, diria até que há uma certa plasticidade em abandonar a fundamentação e ir para as aplicações práticas. São, então, duas fundamentações básicas, e não quinhentas e elas são antagônicas: primeiro, o Estado é uma forma histórica de garantia da dominação de classes e da reprodução do capital, com todas as complexidades envolvidas. É, portanto, superável. Segunda fundamentação, que atravessa todas as dimensões pró-capitalistas: o Estado é necessário, pois, sem ele, nos devorariamos e é insuperável. Me pergunto quais são as outras fundamentações do Estado. Claro, existem falsificações e mesclas, mas há pouca plasticidade nesse fundamento.

Atualmente existe como falsificação máxima o anarcocapitalismo, que é extremamente interessante, pois diz recusar o Estado, porém, o próprio Estado seria o responsável por impor o anarcocapitalismo, acirrando sua face terrível, através do reforço militar do Estado, da coerção, com liberação total da propriedade capitalista (e não das

propriedades das grandes massas, sempre expropriáveis) e contenção total das massas subalternas. Novamente digo que é uma falsificação, com o mesmo fundamento, apesar de uma pequena diferença neste, em que, sem o Estado, no caso do anarcocapitalismo, as grandes massas populares devorariam a burguesia.

Bem, estou lançando um livro novo, que sairá nos próximos 3 meses, chamado “Capital-imperialismo: dominação e luta de classes”, pela Editora Expressão Popular, que reúne artigos resultantes de pesquisas realizadas no Grupo de Trabalho e Orientação (GTO). Neste livro, realizo uma introdução teórica sobre Estado, para dar suporte aos capítulos do livro. Diante disso, há algo que acredito ser de importância mencionar. O Estado, muitas vezes é analisado somente pelo Direito, ou pela dominação de classes, ou pela separação de econômico e político, mas é importante lembrar que o Estado coparticipa da exploração de classes necessariamente.

O Estado, desde o seu nascimento histórico até hoje, é a forma de administração ou controle do conjunto da produção, de sua integralidade, diferente de cada setor das classes dominantes. É ele que controla, produz as estatísticas e que vive da punção de uma parte desse processo produtivo. Portanto, tanto as classes dominantes capitalistas altamente concorrentes mesmo sendo monopolistas precisam do Estado para assegurar as condições de sua própria extensão, como o Estado depende dessas classes dominantes para sua existência.

Gosto muito da frase de Marx no Manifesto Comunista que afirma: “O Estado é o comitê da burguesia”. É apenas uma frase, que não pode explicar quase nada mas, ao abri-la, percebe-se possibilidades de compreensão muito interessantes. Essa é a primeira questão que abordo no texto acima. A segunda questão trata de uma usurpação que integra o próprio fundamento do Estado. Ora, o Estado é uma coordenação de atividades, seja pelo Direito, seja pela prática da imposição dos impostos ou por grandes obras. O Estado é a usurpação da coordenação coletiva dessas atividades e esse é um aspecto pouco trabalhado. O Direito irá legitimar todos os aspectos, inclusive a usurpação da coordenação coletiva, nos levando a acreditar que, sem Estado, não é possível agir coletivamente.

Não sei se é preciso reformular uma tradição da Filosofia do Estado. Acredito que temos de, como Mészáros propõe, enfrentar as bases do capitalismo nas suas três dimensões: a primeira, o trabalho alienado, a sujeição do trabalho ou o trabalho assalariado; a segunda, o próprio capital, que só existe na correlação com o trabalho e, por último, o Estado. Sem a superação do trabalho, do capital e do Estado, não chegaremos a uma sociedade pós-capitalista que possa abrir de fato as portas para o socialismo e o comunismo. Uma sociedade

plenamente histórica, capaz de construir uma nova relação sociometabólica na qual integremos prática e intelectualmente a natureza e onde as diferenças não possam converter-se em hierarquias.

Temos embriões de respostas para essas questões, porém, ainda não temos uma situação internacional que permita dizer qual é o modelo e a forma para essa superação. Temos embriões, ao mesmo tempo tristes e geniais, de vários processos revolucionários que conseguiram realizar revoluções, ou em movimentos revolucionários que foram derrotados, principalmente porque traziam grandes possibilidades, como o caso de Canudos, no Brasil, do Haiti, ou das lutas negras, dos quilombos e das lutas indígenas de hoje. Temos, então, experiências de luta profundamente comunistas, ainda que essas não tenham, digamos, uma dinâmica geral capaz de abarcar a todos e levar adiante esse ideal. A meu juízo, é possível debater as diferenças entre as interpretações do Estado Moderno e o que significa o fascismo contemporâneo, que nega o Estado enquanto amplia a máquina estatal para o reforço da violência e redução das formas de convencimento, devastando o direito dos subalternos para garantir o direito da propriedade.

Essas são as contradições explícitas que precisam ser trabalhadas, mas na direção de superação desse monstro que não é natural, não precisa ser natural e que não precisa ser a forma da existência social, sobretudo se queremos um sociometabolismo capaz de permitir um equilíbrio entre ser social e natureza.

Como citar esta entrevista: FONTES, Virginia Maria Gomes de Mattos. Estado é violência. Entrevistadores: FONSECA, Theo Augusto Apolinário Moreira; RODRIGUES, Lucas Antônio Nogueira; CASTRO, Fernanda Machado de; NOVAES, Roberto Vasconcelos. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 1–21, 2025.

Realizada em 23.05.2025

Publicada em 07.07.2025